COMUNICAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES: RUMO AO PROJETO BIOPOLÍTICO DA MULTIDÃO*

*Suelen de Aguiar SILVA***

Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Estudo teórico sobre os movimentos sociais a partir da contextualização das redes de autocomunicação e autonomia e da categoria teórica multidão. O objetivo geral consiste em discutir aspectos teóricos constituintes dos movimentos sociais, abordar os novos modos e atuais configurações do ponto de vista comunicacional. Através da pesquisa, concluiu-se que independente dos alvos que perseguem, os Movimentos Sociais formam uma multidão (Hardt; Negri, 2014) que contribui para a produção biopolítica na sociedade quando investem seu trabalho, ou seja, a sua força criativa e criadora para produzir comunicação, relações sociais e cooperação, formando novas redes de poder no espaço híbrido da internet.

Palavras-chave: movimentos sociais; redes, comunicação; multidão.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o estudo sobre as organizações da sociedade civil — principalmente, dos Movimentos Sociais — tem sido preconizado por diversos agentes sociais no mundo. Diferentes abordagens teóricas, correntes e paradigmas podem ser encontrados, a fim de explicar, enquadrar e categorizar os movimentos. Algumas depreendem das próprias análises empíricas, enquanto, outras, permanecem mais no campo das representações, isto é, daquilo que se observa a partir de referenciais teóricos para a composição de novas teorias. Outrossim, diversos autores das mais variadas áreas afirmam

* Trabalho apresentado no GT 8 – Comunicação Popular e Alternativa, do PENSACOM BRASIL 2016.

** Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: susuaguiar@yahoo.com.br.

que o conceito de movimento, como o próprio nome diz, carrega o peso da história e de suas constantes transformações.

Movimento Social, a nosso ver, constitui uma ação coletiva (PERUZZO, 2004; GARRETÓN, 1996; GOHN, 2012), uma força mobilizadora que agita as pessoas, os discursos, as instituições, os dispositivos (Foucault, 2006)¹ e conforma identidades e singularidades. Para Maria da Glória Gohn (2012, p.14), um Movimento Social “é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”, ou seja, ele se configura a partir de um conflito social e de uma ação coletiva. Em outras palavras, consiste na opressão de um grupo sobre outro que pode se manifestar em termos políticos, econômicos, ideológicos etc. Um Movimento Social pode se consolidar a partir do momento em que um grupo passa a desenvolver ações conjuntas para transformar a realidade.

O espaço de luta dos Movimentos Sociais brasileiros é a própria sociedade civil (PERUZZO, 2004). Ele é marcado por um histórico de injustiças, pela insatisfação nos campos econômico, político e social. Em um contexto caracterizado pelo embate político e pela construção da cidadania, os Movimentos Sociais brasileiros, independentemente de suas categorias conceituais e de suas filiações, se movem e se comunicam.

De acordo com Gohn (2012, p.14), os traços característicos de um Movimento Social consistem nas demandas que configuram sua identidade; nos adversários e aliados, nas bases, nas lideranças e nas assessorias, o que permite formar redes de mobilizações. Além disso, estabelecem-se práticas comunicativas, por meio da oralidade, bem como dos modernos recursos tecnológicos; visões de mundo, que dão suporte às suas demandas e à sua cultura, já que sustentam e encaminham suas reivindicações. Esses aspectos serão importantes para orientar o mapeamento e o nosso olhar sobre as práticas comunicacionais dos Movimentos Sociais na internet.

Sumariamente, o Movimento Social em sua forma clássica de interpretação, se caracteriza inicialmente pela dicotomia entre o opressor e o oprimido na sociedade. No entanto, o conflito entre ambos só vai se instaurar quando houver a consciência por parte desse grupo oprimido, que passa a lutar pela sua emancipação.

Segundo Montañó e Duriguetto, faz-se necessário entender que há duas vertentes para conceituar os Movimentos Sociais (2001, p. 264). A primeira diz respeito a movimento e a mobilizações sociais. Movimento Social constitui

¹ O conceito de dispositivo em Foucault (2006, p.244-245) diz respeito a um conjunto heterógeno que engloba discursos, instituições, organizações, enunciados científicos etc. O dispositivo é a rede que pode ser estabelecida entre esses elementos.

uma organização com relativo grau de formalidade e de estabilidade e que não se encerra a uma dada atividade ou mesmo mobilização. Já mobilização social, a uma atividade que se esgota em si mesma quando concluída. No entanto mobilização pode ser uma das ferramentas de luta dos Movimentos Sociais e também pode vir a se tornar um Movimento Social. A segunda distinção engloba Movimento Social e Organização Não Governamental (ONG). Para os autores, elas não são organizações da mesma natureza, (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 264) e este é um equívoco que ocorre comumente. Se, por um lado, o Movimento Social é conformado pelos próprios sujeitos e suas demandas, por outro, as ONGs são constituídas por agentes voluntários e/ou remunerados, que se mobilizam a partir das demandas e reivindicações alheias.

Os Movimentos Sociais também podem ser interpretados como formas de organização social, cultural e política, as quais constroem e organizam os seus territórios simbólicos, a partir de uma nova concepção de territorialidade, que ultrapassa a noção tomada de empréstimo da geografia. O território (SODRÉ, 2012) é dinâmico, pois constitui o espaço afetado pela ação humana, onde a vida acontece. Para Gohn (2012, p.44) território passa a se articular com a questão de direitos e de disputas por bens econômicos, pelo pertencimento e pelas raízes culturais de um povo, por exemplo.

A partir da constituição de um Movimento Social, é preciso buscar mecanismos para resolver as suas demandas, tentando transformar suas causas em ações práticas na sociedade. Como já mencionado, o conflito social, em conjunto com uma ação coletiva, configura o Movimento Social, que pode ter caráter transformador (Coluna Prestes), conservador (União Democrática Ruralista - UDR), tradicional (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST) ou, mesmo, novo (na visão de alguns autores, o movimento ecológico, por exemplo; para outros, todos os movimentos novos em sua estrutura de base).

Segundo Peruzzo (2004, p.40), parte do debate teórico sobre Movimentos Sociais não reflete sua prática concreta, visto que, na verdade, eles passam por etapas diferentes, ao longo da história, desde a mobilização, a organização, a articulação, até, a formação de parcerias. Na contemporaneidade, por exemplo, além da emergência de temas globais, surgem as ações comunitárias e também as políticas públicas impulsionadas pelas ONGs e pelo próprio diálogo com os Movimentos Sociais. Outras organizações e instituições, como as comunidades eclesiais de base, as pastorais e as diversas ONGs, não são consideradas, em si, movimentos sociais, no entanto são animadoras de grupos sociais populares e sindicais, de forma geral.

Notadamente, parte da literatura da América Latina, sobre o tema, destaca que os movimentos constroem sujeitos sociopolíticos (GOHN, 2012,

p. 120). Em sua historiografia e em sua prática cotidiana, muitas alterações ocorreram, desde a transformação do sujeito político militante em ativista, ou, mais recentemente, em manifestante. Todavia são sujeitos sociopolíticos em sua essência, pois, mesmo que não haja uma consciência política latente, existe o desejo de mudança, de ordem estrutural ou não.

A partir da década de 1960, eclodem, no Brasil, movimentos operários e sindicais, com grande influência de partidos políticos de esquerda. Surgem, também, o movimento de mulheres e em seu interior, o movimento feminista.

Nas décadas de 1970 e 1980, o debate teórico sobre os movimentos sociais, os apresenta enquanto forças propulsoras capazes de realizar transformações sociais. A partir da década de 1990, aqueles movimentos, inclusive os populares, tornaram-se mais culturais, menos políticos, devido às alterações de suas práticas cotidianas, em detrimento das novas conjunturas econômica, política e cultural.

Segundo Gohn (2012, p. 121), novas teorias surgiram com recortes construídos a partir de eixos mais humanísticos, “destacando as práticas solidárias, a capacidade dos movimentos de colocar o ser humano no centro do universo e não no mercado, ou a luta pelo poder, o desejo de consumo e os novos parâmetros da felicidade no mundo moderno etc”. Outro ponto que merece destaque é a reconfiguração da identidade “militante”, que, em alguns casos, passou a ser caracterizado como “ativista social”.

Com a chegada dos anos 2000, as práticas cotidianas dos movimentos giram em torno da manutenção de suas identidades e de novas lutas, também globais. Outro ponto importante foi a chegada da internet, que promoveu, inicialmente, uma releitura da relação verticalizada entre emissor e receptor.

A utilização da internet e das tecnologias de informação e comunicação aumenta significativamente com os protestos ocorridos no Brasil em 2013, desencadeado pelo Movimento Passe Livre (MPL) para a reorganização de suas lutas e demandas.

No entanto, um fator que perpassa quase quatro décadas de teoria e de prática concreta dos Movimentos Sociais, é a sua relação com o trabalho. Montão e Duriguetto (2011, p.127) apontam a questão da luta de classes, em sua centralidade, não por ser mais importante do que outras lutas, como as identitárias, as étnicas, as de gênero, mas no sentido de que ela não se caracteriza pelo sistema que comanda o capital, visto que o capitalismo pode “se perpetuar mesmo resolvendo a discriminação racial, de orientação sexual, de gênero”. Desse modo, recorremos a Hardt e Negri (2014), já que os autores teorizam o trabalho unívoco de potencialidade humana criativa. Todos os movimentos sociais são importantes e desempenham um papel na sociedade civil, mas pensá-los a partir da perspectiva do trabalho, é ter um olhar que

busca as condições de possibilidades do próprio surgimento de cada movimento social em sua historicidade no Brasil, como veremos posteriormente. Antes de abordarmos a categoria teórica, multidão, faremos uma explanação sobre redes de subjetivação e autocomunicação energizadas pela internet.

REDES DE SUBJETIVAÇÃO E AUTOCOMUNICAÇÃO ENERGIZADAS PELA INTERNET

O conceito de redes sociais é complexo e amplo. A formação de redes constitui uma prática humana muito antiga, que, inicialmente, ocorria em virtude da necessidade de interação social. Dentre as categorias teóricas utilizadas nos estudos atuais sobre os movimentos sociais, apontadas por Gohn (2013), destaca-se a categoria rede. Para a autora (2013, p.32), a rede social passa a ter, na atualidade, segundo vários pesquisadores, um papel mais importante do que o movimento social. Ela destaca, inclusive, o trabalho de Castells, (Gohn, 2013, p.34) ao tratar a sociedade globalizada como uma rede, por meio da qual se estabelecem novas estruturas sociais.

Manuel Castells (2013, p.11) diz que a mudança basilar no âmbito da comunicação, ocorrida nos últimos anos, está no que denominou de autocomunicação, que, para o autor, é “o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital”. A partir de sua linha de raciocínio, podemos considerar as redes sociais digitais como espaços de autonomia, nos quais não há o controle de governos, nem de empresas, grupos que, ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação visando a concentrar o poder. Levando em conta a segurança promovida pelo ciberespaço, multidões passaram a ocupar o espaço público para reivindicar seu direito de fazer história numa “manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p.10).

Castells (2013, p.11) afirma que “a constituição de redes é operada pelo ato da comunicação”. Ele define a comunicação como o processo de compartilhar significados através da troca de informações. Ele reitera que a principal fonte da produção social de significado é o processo de comunicação socializada. Para Castells, as pessoas, as instituições e a sociedade, em geral, transformam a tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a, como é o caso da internet que, para o sociólogo, consiste em uma tecnologia de comunicação.

Conforme Castells (2013), a territorialidade física e simbólica dos movimentos sociais é formada pela relação híbrida entre o espaço urbano ocupado e as redes sociais digitais na internet. A questão é que, nesse novo espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, forma-se um espaço de comunicação autônoma. E autonomia é a quintessência dos movimentos sociais,

“ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder, sobre o poder da comunicação” (CASTELLS, 2013, p.16).

Uma questão importante para esse entendimento constitui na formação, segundo o sociólogo, do “quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas” (CASTELLS, 2013, p.17). Em síntese, o entendimento do processo de constituição desses indivíduos, em rede, primeiro, mentalmente, do modo como se conectam uns aos outros, por que são capazes de fazê-lo, num processo de comunicação que, em última instância, leva à ação coletiva, é imprescindível.

Contudo Castells (2013, p.17) ser a questão premente o fato de os movimentos sociais constituírem a chave para a mudança social, para a constituição da sociedade. E para ele, muito mais do que categorizar movimentos sociais e questionar seu nascimento, é preciso compreender o conjunto de causas estruturais e motivos individuais que move as pessoas. Os movimentos sociais são constituídos de indivíduos, de suas emoções, de seus anseios, de sua subjetividade, de sua autonomia, ou seja, das singularidades de cada indivíduo.

Raquel Recuero (2009) compartilha com Andreas Hyussen (2000, p.36) a ideia de que as redes existem muito antes da chegada da internet. Entretanto Recuero (2009, p.135) afirma que uma das primeiras mudanças detectadas na comunicação mediada pelo computador, nas relações sociais, é a transformação da noção de localidade geográfica, embora, assim como Hyussen (2000), aponta que a internet não foi a única responsável por essas transformações.

Por outro lado, Castells (2003) indica a revolução [mutação] da tecnologia da informação como ponto de partida, já que penetra todas as esferas da atividade humana, por isso, devemos localizar o processo de transformação tecnológica revolucionária no contexto social em que ele ocorre, pelo qual está sendo moldado. Ele afirma que “a internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades” (CASTELLS, 2003, p. 287). O sociólogo demonstra que a internet constitui um novo paradigma sociotécnico e a base material da vida das pessoas, de suas relações cotidianas, de trabalho e comunicação. Para Castells (2013, p.30) “qual seria o possível legado dos movimentos sociais em rede ainda em processo? A democracia. Uma nova forma de democracia. Uma antiga aspiração jamais concretizada da humanidade”. O próximo tópico traz pistas teóricas sobre essa antiga aspiração da humanidade e coloca em cena os Movimentos Sociais como multidão, como forma singular de ações coletivas em rede.

MULTIDÃO MULTICOLORIDA

Algumas das principais características da categoria teórica multidão (HARDT; NEGRI, 2014), situam nosso entendimento sobre Movimento Social na atualidade. Como parte da corrente histórico-estrutural (GOHN, 2012, p.28), a multidão se insere nas novas abordagens teóricas sobre a categoria Movimento Social. Gohn (2012, p.28) aponta os estudos de Hardt e Negri (2014), sobre a temática da democracia em escala global, afirmando que suas investigações representam um dos principais eixos de pensamento que se posiciona como de esquerda e que alimenta as práticas dos movimentos sociais.

O conceito multidão foi debatido, inicialmente, por David Riesman, na década de 1950, ao tratar da nova classe média que vinha se formando nos Estados Unidos. Sob o ponto de vista econômico, político e psicológico, Riesman faz um detalhado estudo para demonstrar como esses fatores engendram-se na vida dos indivíduos, juntamente, com os processos oriundos da Revolução Industrial que trouxeram significativas mudanças nas formas de vida. “A modernização parece, destarte, prosseguir com um impacto quase irreversível, e nenhuma tribo ou nação encontrou um lugar para esconder-se dela” (RIESMAN, 1995, p.43). Tais mudanças foram notadas não só na sociedade americana, mas em toda parte que teve influência da modernidade industrializada.

Ao analisar o pensamento de Riesman, comparando-o ao de outros autores já citados, encontramos, no meio da caminhada de décadas de pesquisa, um elo comum, as singularidades. Para Riesman (1995, p. 379), a afirmativa de que os homens nascem livres e iguais pode ser considerada verdadeira e enganadora ao mesmo tempo, já que os homens nascem diferentes, necessariamente.

Em Paolo Virno (2013, p.60), “[...] o ‘indivíduo social’ é o indivíduo que exhibe abertamente a própria ontogênese, a própria formação (com seus diversos estados ou elementos constituintes)”. Ou ainda, “a multidão é uma rede de indivíduos. O termo multidão indica um conjunto de singularidades contingentes” (VIRNO, 2013, p.99). Já em Hardt e Negri (2014, p.12) a multidão é composta de “inúmeras diferenças internas [...]; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos”. Ou ainda, “na multidão, as diferenças sociais mantêm-se diferentes, a multidão é multicolorida” (HARDT; NEGRI, 2014, p.13). Em outras palavras, as diferenças sociais precisam ser evidenciadas e não vistas na uniformidade.

O ponto de partida de Hardt e Negri (2014), bem como de Paolo Virno (2013), consiste na retomada de uma discussão filosófica e política entre os conceitos de povo e de multidão. Eles abordam a crise do conceito de povo, ligada ao conceito hobbesiano de Estado, até chegar na categoria multidão. Para Virno, tal confrontação é importante por acreditar que a multidão re-

emerge, enquanto categoria mais adequada para traçar uma gramática das inquietudes do homem pós-moderno. Segundo Virno (2013, p.97),

As formas de vida contemporâneas testemunham a dissolução do conceito de “povo” e da renovada pertinência do conceito de ‘multidão’. Estrelas fixas do grande debate do século XVII, e encontrando-se na origem de uma boa parte do nosso léxico ético-político, esses dois conceitos situam-se nas antípodas um do outro. O ‘povo’ é de natureza centrípeta, converge numa vontade geral, é a interface ou reflexo do Estado; a ‘multidão’ é plural, foge da unidade política, não firma pactos com o soberano, não porque não lhe relegue direitos, mas porque é reativa à obediência, porque tem inclinação para certas formas de democracia não-representativa.

Porém não encerram a discussão nessa dicotomia. Virno inclui, no debate, a força de trabalho, cujo sentido, para o autor, está na potência de produzir, referindo-se “a toda classe de faculdade: competência linguística, memória, mobilidade etc.” Segundo o autor, apenas, atualmente, a noção de força de trabalho não se reduz a um conjunto de qualidades físicas, mecânicas, como na época de Gramsci, já que inclui, em si, a ‘vida da mente’ (VIRNO, 2013, p.61-62). Já Hardt e Negri tratam a questão do trabalho na vertente da produção imaterial.

Para esses autores (2014, p.12-15), é importante distinguir o conceito de multidão de outras definições de sujeitos sociais, em uma primeira abordagem, tais como, povo, massas, classe operária. Nesse sentido, afirmam, também, que duas características de multidão influenciam a atual noção de democracia: a produção do comum e a organização política amalgamada ao econômico, ao social e ao cultural. Contudo, para aprofundar as análises sobre o projeto da multidão e as possibilidades de democracia, os autores travam uma discussão acerca do atual estado de guerra e de conflito global, iniciada com a análise crítica formulada em Império (2000), escrito entre as guerras do Golfo (1991) e de Kosovo (1998).

Certamente, não vivemos em uma democracia, como comentam os autores, vivemos mesmo é no Império, num constante estado de guerra (guerra civil, mundial), que regula as relações políticas e que investe diretamente na vida social. Sem conflitos políticos, não temos guerra e alcançamos a democracia. A fórmula parece ser simples, porém é complexa e cheia de contradições. No atual estado de guerra, a sua manutenção é tão importante quanto a razão de existir do Império. As ações dos Movimentos Sociais, nesse contexto, constituem uma resposta a tais práticas coercitivas de vida.

Nesse panorama, apresentamos características que ajudam a compor a abordagem sobre o conceito de multidão. A primeira, refere-se ao próprio

trabalho que, por meio das “transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionar dentro delas. Todo aquele que trabalha com a informação ou o conhecimento - dos agricultores [...] aos criadores de *software*” (HARDT; NEGRI, 2014, p.14). Incluindo, segundo eles, todas as formas de trabalho que criam projetos imateriais, como ideias, imagens, afetos e relações. Conforma-se, assim, a produção biopolítica, já que envolve e afeta todos os aspectos da vida social.

A segunda característica diz respeito às novas configurações de organização, atualmente, mais democráticas, variando das “formas centralizadas de comando ou ditadura revolucionária, para organizações em rede que deslocam a autoridade para relações colaborativas” (HARDT; NEGRI, 2014, p.15). Além disso, notadamente o desejo pela democracia circula do nível local ao global. No entanto, apenas desejar e reivindicar não garante a concretização de relações colaborativas, mas já um grande passo. Pois, conforme os autores sustentam não devemos subestimar o poder que essas demandas - queixas e resistências manifestadas contra a atual ordem global - podem ter.

De forma geral, Virno propõe três aproximações para tratar das determinações sobre a multidão contemporânea, nomeadas de jornadas. Na primeira jornada, se aproxima ao modo de ser dos “muitos”, partindo da dialética temor-proteção de Kant; utilizou, também, palavras-chaves de Hobbes, Kant, Heidegger, Aristóteles, com os *topoi Konoï*, os *lugares comuns*, Marx, Freud (VIRNO, 2013, p.55). Na segunda jornada, o autor procurou reconhecer a multidão contemporânea por meio da justaposição de *poiesis e praxis*, trabalho e ação política. Nesse contexto, Virno utilizou predicados retirados de Hannah Arendt, de Glenn Gould, do novelista, Luciano Bianciardi, de Saussure, de Guy Debord, de Marx, Hirschman etc. Na terceira jornada, o autor examina outro grupo de conceitos, a partir de uma perspectiva diferente sobre a multidão, que segundo ele, está constituída pela forma da subjetividade.

Os predicados atribuíveis ao sujeito gramatical multidão são: a) O princípio de individuação, isto é, a antiga questão filosófica que trata sobre que coisa faz singular a uma singularidade, individual a um indivíduo; b) a noção foucaultiana de ‘biopolítica’; c) a tonalidade emotiva ou *stimmungen*, que qualifica hoje a forma de vida dos muitos: oportunismo e cinismo (atenção: por tonalidade emotiva não entendo um traço psicológico passageiro, mas uma relação característica com seu próprio estar no mundo); d) e por fim, dois fenômenos que, também analisados por Agostinho e Pascal, ascenderam à dignidade de termos filosóficos em Ser e Tempo de Heidegger: a tagarelice [gerede] e a curiosidade (VIRNO, 2013, p. 55-56).

Dos predicados da multidão, apontados por Virno, é a noção foucaultiana de biopolítica que mais nos interessa no momento. A ideia de Foucault foi dissecada nas análises de Hardt e Negri (2014, p.135), segundo os quais, consiste na forma dominante de produção contemporânea que exerce sua hegemonia sobre as demais e cria bens imateriais, como, ideias, conhecimento, formas de comunicação e relações. Nesse trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia, entendida em sua concepção tradicional, para investir, diretamente, na cultura, na sociedade e na política. Nesse sentido, o que se produz não são apenas bens materiais, mas também relações sociais e formas concretas de vida (HARDT; NEGRI, 2014, p.134-135). A essa nova concepção econômica, que parte de uma análise foucaultiana, os autores e *biopolítico*.

Quando Hardt e Negri (2014) introduzem o conceito *biopolítico* reiteram que seu entendimento sobre o trabalho também não se restringe ao modelo assalariado, mas agrega as capacidades criativas humanas, por isso, a nova forma hegemônica pode ser entendida como *trabalho biopolítico*.

Vale ressaltar que, na visão dos autores, o adjetivo *biopolítico* indica que as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural já não são tão evidentes. Igualmente, a *biopolítica* apresenta uma série de complexidades conceituais que precisam ser estudadas e aprofundadas, como, por exemplo, entender a interconexão que os autores fazem ao situar a imaterialidade do plano da biopolítica à posição hegemônica. Nesse aspecto, Hardt e Negri (2014, p.156) apontam que a principal característica do trabalho imaterial é produzir comunicação, relações sociais e cooperação.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Após ter discutido, de forma geral, a respeito da constituição dos Movimentos Sociais e das redes de autocomunicação que se formam — uns, enquanto agentes propulsores de mudança na sociedade, outros, como fomentadores de ações que, se não buscam a mudança estrutural societária, defendem demandas locais — podemos continuar a empreitada de refletir sobre as práticas dos movimentos sociais, especialmente, os brasileiros. Assim, a partir das práticas, refutar a teoria empregada ou continuar estudando os movimentos, na perspectiva da multidão.

Por hora, os resultados que obtivemos, na pesquisa teórica, ressaltou que os Movimentos Sociais formam multidão, por isso, contribuem na produção biopolítica da sociedade, especialmente, quando investem seu trabalho na perspectiva da imaterialidade. Nesse contexto, a sua força criativa e criadora atuam na produção de comunicação, relações sociais e de cooperação, tendo em vista, um projeto de democracia, que pode formar novas redes de poder dentro no espaço híbrido da internet.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos Sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GARRETÓN, Antonio. **Sociedade civil, cidadania y movimientos Sociales**: Discursos y Estrategias y discursos em América Latina. In: XVI Congresso da Associação Internacional de Sociologia, Durban, África, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 166p.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 189p.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 157p.
- HARDT, Michael; Negri, Antonio. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império. 3^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 2^a edição.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- NEGRI, Antonio. **De volta**: Abecedário biopolítico. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006. 221p.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 342p.
- RIESMAN, David. **A multidão solitária**: Um estudo do caráter americano. 2^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. 390p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 268p.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VIRNO, Paolo. **Virtuosismo e revolução**: a ideia de “mundo entre a experiência sensível e a esfera pública. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 159p.
- VIRNO, Paolo. **Gramática da multidão**. Para uma análise das formas de vida contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013. 110p.